



# Informativo TSE

Assessoria Consultiva do Tribunal Superior Eleitoral (Assec)

Brasília, 10 a 23 de setembro – Ano XX – nº 13

## SUMÁRIO

SESSÃO JURISDICIONAL	2
<ul style="list-style-type: none"><li>• Analfabetismo e causa de inelegibilidade</li><li>• Doações eleitorais de recursos próprios e necessidade de os valores serem transferidos por meio de transação bancária</li><li>• Realização de entrevista com os candidatos mais bem colocados em pesquisa eleitoral e inexistência de tratamento privilegiado</li></ul>	
PUBLICADO NO <i>DJE</i>	5
DESTAQUE	6
OUTRAS INFORMAÇÕES	10

**SOBRE O INFORMATIVO:** Este informativo, elaborado pela Assessoria Consultiva, contém resumos não oficiais de decisões do TSE pendentes de publicação e reprodução de acórdãos publicados no *Diário da Justiça Eletrônico (DJE)*.

A versão eletrônica, disponível na página principal do TSE, no menu Área jurídica – <http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/informativo-tse-1/informativo-tse->, permite ao usuário assistir ao julgamento dos processos pelo canal do TSE no YouTube. Nesse *link*, também é possível, mediante cadastro no sistema Push, o recebimento do informativo por *e-mail*.

---

## SESSÃO JURISDICIONAL

---

### Analfabetismo e causa de inelegibilidade

As causas de inelegibilidade, dentre as quais se inclui o analfabetismo previsto no art. 14, § 4º, da CF/1988, são interpretadas restritivamente.

Esse foi o entendimento do Plenário desta Corte ao analisar recurso ordinário contra acórdão regional que indeferiu o pedido de registro de candidato deficiente visual por considerar ausente a comprovação de alfabetização em *Braille*, embora tenha apresentado declaração de escolaridade de próprio punho.

O Ministro Luís Roberto Barroso, relator, asseverou que, para constatar a alfabetização de candidato, deve-se empregar o menor rigor possível, admitindo-se a prova dessa capacidade por qualquer meio hábil.

Ao se referir ao teste de alfabetização aplicado no âmbito desta Especializada, ressaltou que a avaliação deve ser aplicada sem causar constrangimento e de forma a beneficiar o candidato, suprimindo a falta de documento comprobatório, vedada a sua utilização para desconstituir as provas de instrução apresentadas.

Esclareceu que, no caso dos autos, o candidato com deficiência visual adquirida comprovou sua alfabetização por meio de declaração de escolaridade de próprio punho, firmada na presença de servidor da Justiça Eleitoral. No entanto, o Tribunal de origem exigiu comprovação de alfabetização em *Braille*, obrigação, segundo o relator, não prevista em lei.



Recurso Ordinário nº 0602475-18, São Paulo/SP, rel. Min. Luís Roberto Barroso, julgado em 18.9.2018.

---

### Doações eleitorais de recursos próprios e necessidade de os valores serem transferidos por meio de transação bancária

O autofinanciamento de campanha, caracterizado pelo aporte de recursos do próprio candidato, sujeita-se à regra prevista no art. 18, § 1º, da Res.-TSE nº 23.463/2015, segundo a qual, as doações eleitorais de valor superior a R\$1.064,10 devem ser efetuadas por meio de transferências bancárias.

*In casu*, trata-se de agravo interno interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial eleitoral que manteve a aprovação com ressalvas das contas de campanha de candidato ao cargo de prefeito nas eleições de 2016.

O recorrido efetuou doações de recursos próprios à sua campanha eleitoral por meio de depósitos identificados em valor superior a R\$1.064,10.

Sobre o tema, a Res.-TSE nº 23.463/2015, que dispõe sobre a prestação de contas eleitorais das eleições de 2016, em seu art. 18, § 1º, prevê que as doações de valor igual ou superior a R\$1.064,10 só poderão ser realizadas mediante transferência eletrônica entre as contas bancárias do doador e do beneficiário da doação.

O Ministro Luís Roberto Barroso, ao proferir seu voto-vista, acompanhando a divergência inaugurada pela Ministra Rosa Weber, afirmou que o regramento infralegal dispõe que a utilização de bens próprios dos candidatos em favor de sua campanha eleitoral se insere no conceito de doações estimáveis em dinheiro. Assim, concluiu que o aporte de recursos pelo próprio candidato se submete aos mesmos requisitos formais das doações realizadas por terceiros, exigidos pela Resolução nº 23.463/2015.

Acrescentou que a obrigação de que as doações acima de R\$1.064,10 sejam realizadas mediante transferência bancária busca assegurar a verificação da origem dos recursos que ingressaram na campanha eleitoral.

Vencidos os Ministros Og Fernandes e Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, relator.



*AgR no REspe nº 265-35, Rolim de Moura/RO, redator para o acórdão Min. Luís Roberto Barroso, julgado em 11.9.2018.*

---

### **Realização de entrevista com os candidatos mais bem colocados em pesquisa eleitoral e inexistência de tratamento privilegiado**

O convite por emissora de televisão para participação em entrevista dirigido apenas aos cinco candidatos mais bem colocados nas pesquisas eleitorais não viola a legislação eleitoral, visto que consubstancia o exercício do direito de informação e o da liberdade de imprensa, garantidos pela Constituição da República, além de não configurar tratamento privilegiado.

O Plenário do TSE, ao estabelecer esse entendimento, ressaltou que, de acordo com o art. 45, inciso IV, da Lei nº 9.504/1997, a cobertura jornalística realizada por meio de rádio e televisão deve conferir igualdade de oportunidade às candidaturas, conforme se verifica:

Art. 45. Encerrado o prazo para a realização das convenções no ano das eleições, é vedado às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e em seu noticiário:

[...]

IV - dar tratamento privilegiado a candidato, partido ou coligação;

[...]

Destacou que os direitos, tais como as liberdades comunicativas, não possuem caráter absoluto, porém a interferência pelo Judiciário na linha editorial das emissoras para direcionar a pauta dos meios de comunicação social não é medida razoável, uma vez que nosso ordenamento confere maior deferência à liberdade de expressão, de informação e de imprensa.

Ressaltou, ainda, que as emissoras de rádio e televisão, embora sejam concessionárias de serviço público, não perdem a liberdade jornalística, por isso devem produzir jornalismo de qualidade e de credibilidade para continuarem economicamente viáveis, dentro da liberdade editorial e da competição no mercado jornalístico, posicionando a cobertura do período eleitoral, estrategicamente, para atender a demandas da comunidade ou mesmo oferecer alternativas à política, a fim de chamar a atenção do público desinteressado pelo tema.

Esclareceu que a norma prevista no art. 45, IV, da Lei nº 9.504/1997 não garante espaço idêntico a todos os candidatos na mídia, mas sim tratamento proporcional à participação de cada um no cenário político atual.



Rp 0601024-78, Brasília-DF, rel. Min. Sérgio Banhos, sessão de 11.9.2018

---

## PUBLICADO NO *DJE*

---

### RESOLUÇÃO PUBLICADA NO *DJE* DE INTERESSE PÚBLICO

Resolução nº 23.552, de 18.12.2017

INSTRUÇÃO Nº 0604342-06/DF

Relator: Ministro Luiz Fux

Interessado: Tribunal Superior Eleitoral

Dispõe sobre os modelos de lacres para urnas e envelopes com lacres de segurança e seu uso nas eleições de 2018.

Republicada no *DJE* de 12.9.2018

<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2017/RES235522017.html>

---

## DESTAQUE

---

(Espaço destinado ao inteiro teor de decisões que possam despertar maior interesse, já publicadas no *DJE*.)

**CONSULTA Nº 0604075-34/DF**

**Relator: Ministro Jorge Mussi**

CONSULTA. PARTIDO POLÍTICO. PROMOÇÃO E DIFUSÃO. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES. PERCENTUAL MÍNIMO. FUNDO PARTIDÁRIO. ART. 44, V, DA LEI 9.096/95. QUESTIONAMENTO. PAGAMENTO DE PESSOAL. SEXO FEMININO.

1. O Diretório Nacional do Partido Democrático Trabalhista (PDT) questiona se “o pagamento de pessoal do sexo feminino [...] contempla a exigência legal atinente ao mínimo de 5% [...] do total de recursos do Fundo Partidário”, nos termos do art. 44, V, da Lei 9.096/95 (Lei dos Partidos Políticos).

FINALIDADE DA NORMA. AÇÃO AFIRMATIVA. PROMOÇÃO. INTEGRAÇÃO. MULHERES. VIDA POLÍTICO-PARTIDÁRIA.

2. O art. 44, V, da Lei 9.096/95 determina aos partidos políticos que apliquem o mínimo de 5% (cinco por cento) do total de recursos do Fundo Partidário em programas que promovam e difundam a participação política das mulheres.

3. O incentivo à presença feminina na política constitui ação afirmativa necessária, legítima e urgente que visa promover e integrar as mulheres na vida político-partidária brasileira, dando-lhes oportunidades de se filiarem às legendas e de se candidatarem, de modo a se garantir a plena observância ao princípio da igualdade de gênero. Precedentes.

4. O art. 22, § 7º, da Res.-TSE 23.464/2015, que disciplina a matéria, é expresso ao estabelecer que “para fins de aferição do limite mínimo legal, devem ser considerados os gastos efetivos no programa”.

5. A mera circunstância de o partido político possuir funcionários ou colaboradores remunerados de qualquer natureza do sexo feminino não preenche o balizamento finalístico previsto na legislação de regência.

CONCLUSÃO. RESPOSTA NEGATIVA.

6. Consulta respondida negativamente.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em responder negativamente a consulta, nos termos do voto do relator.

Brasília, 19 de abril de 2018.

MINISTRO JORGE MUSSI – RELATOR

### RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO JORGE MUSSI: Senhor Presidente, trata-se de consulta formulada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) – Nacional, nos seguintes termos (fl. 2):

A consulta tem como desígnio a norma imperativa vigente no artigo 44, V da Lei 9.096/95, bem como, no artigo 22 da Resolução 23.464/15 – TSE – *in verbis*:

“Lei 9.096/95

Art. 44. Os recursos oriundos do Fundo Partidário serão aplicados:

V – na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, criados e mantidos pela secretaria da mulher do respectivo partido político ou,

inexistindo a secretaria, pelo instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política de que trata o inciso IV, conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% (cinco por cento) do total;”

”Resolução TSE nº: 23.464/15

Art. 22. Os órgãos partidários devem destinar, em cada esfera, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de recursos do Fundo Partidário recebidos no exercício financeiro para a criação ou manutenção de programas de promoção e difusão da, a serem realizados participação política das mulheres de acordo com as orientações e responsabilidade do órgão nacional do partido político.”

À frente dos preceitos legais acima delineados, indagamos:

O pagamento de pessoal do sexo feminino (mulheres), contempla a exigência legal atinente ao mínimo de 5% (cinco por cento) do total de recursos do Fundo Partidário vigente nos artigos supramencionados?

A Assessoria Consultiva da Presidência (ASSEC) opinou por se conhecer da consulta e, no mérito, respondê-la negativamente pelos seguintes fundamentos (fls. 3-4):

É de se concluir, portanto, que a contratação e o pagamento de pessoal do sexo feminino a título de promoção e difusão da participação das mulheres na política desvirtuam a finalidade da norma de ação afirmativa prevista no inc. V do art. 44 da Lei nº 9.096/95, tendo em vista que a exegese do aludido preceito requer a conjugação de duas ações – promover e difundir –, comando normativo que, a toda evidência, não poderá ser atendido com a simples inclusão de mulheres na folha de pagamento das agremiações partidárias.

É o relatório.

## VOTO

O SENHOR MINISTRO JORGE MUSSI: Senhor Presidente, o art. 23, XII, do Código Eleitoral prevê competência desta Corte Superior para “responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas em tese por autoridade com jurisdição federal ou órgão nacional de partido político”.

No caso, verifico que o consulente é parte legítima, tendo em vista ser órgão nacional de partido político, e dirige a esta Corte Superior enunciado que versa sobre matéria eleitoral. Atenderam-se, assim, os requisitos de admissibilidade.

A grei indaga se o pagamento de pessoal do sexo feminino contempla o que previsto no art. 44 da Lei 9.096/95, atinente à aplicação de no mínimo 5% (cinco por cento) do total de recursos do Fundo Partidário na promoção e difusão da participação política das mulheres. Eis o texto legal:

Art. 44. Os recursos oriundos do Fundo Partidário serão aplicados:

[...]

V – na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, criados e mantidos pela secretaria da mulher do respectivo partido político ou, inexistindo a secretaria, pelo instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política de que trata o inciso IV, conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% (cinco por cento) do total.

Trata-se de norma inserida na legislação de regência – em conjunto com outras, como o art. 10, § 3º, da Lei 9.504/97, que estabelece quota mínima de gênero – visando incentivar a presença feminina na política, o que constitui necessária, legítima e urgente ação afirmativa que visa promover e integrar as mulheres na vida político-partidária brasileira, de modo a garantir a plena observância ao princípio da igualdade de gênero.

Nesse sentido é a jurisprudência desta Corte:

REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA PARTIDÁRIA. INSERÇÕES NACIONAIS. PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016. PARTIDO VERDE (PV). TEMPO DESTINADO À PROMOÇÃO E À DIVULGAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA. INOBSERVÂNCIA. PROCEDÊNCIA. CASSAÇÃO. PROPAGANDA SEGUINTE. REVERSÃO DO TEMPO CASSADO À JUSTIÇA ELEITORAL. PROPAGANDA INSTITUCIONAL. ATENDIMENTO À FINALIDADE LEGAL.

[...]

#### PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA

3. O incentivo à presença feminina constitui necessária, legítima e urgente ação afirmativa que visa promover e integrar as mulheres na vida político-partidária brasileira, de modo a garantir-se observância, sincera e plena, não apenas retórica ou formal, ao princípio da igualdade de gênero (art. 5º, caput e I, da CF/88).

4. Apesar de, já em 1953, a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, da Organização das Nações Unidas (ONU), assegurar isonomia para exercício da capacidade eleitoral passiva, o que se vê na prática ainda é presença ínfima das mulheres na política, o que se confirma pelo 155º lugar do Brasil no ranking de representação feminina no parlamento, segundo a Inter-Parliamentary Union (IPU).

5. No Brasil, ainda nos dias de hoje, é flagrante o baixo número de mulheres na disputa pelo poder estatal, fato de todo lamentável em um país em que elas já são maioria. No último censo demográfico realizado pelo IBGE, a população feminina era, naquele ano de 2010, de 51% do total, contra 49% da masculina.

6. Também, segundo dados estatísticos publicados pelo Tribunal Superior Eleitoral, o eleitorado feminino há muito superou o masculino, sendo que a preeminência feminina se estabelece em todas as faixas etárias. Nas eleições de 2016 houve 76.482.065 votos femininos (52,29% do total) contra 69.698.937 votos masculinos (47,65% do total). Contudo, candidaturas femininas representaram 31,89% contra 68,11% de candidaturas masculinas.

7. Referidas estatísticas, deveras alarmantes, retratam o conservadorismo da política brasileira, em total descompasso com a população e o eleitorado majoritariamente femininos, o que demanda rigorosa sanção às condutas que burlem a tutela mínima assegurada pelo Estado.

8. Cabe à Justiça Eleitoral, no papel de instituição essencial ao regime democrático, atuar como protagonista na mudança desse quadro, em que as mulheres são sub-representadas como eleitoras e líderes, de modo a eliminar quaisquer obstáculos que as impeçam de participar ativa e efetivamente da vida política.

9. As normas de caráter afirmativo são não só constitucionalmente legítimas, como pragmaticamente necessárias, em um País caracterizado por toda sorte de desigualdade, sobretudo nas oportunidades de participação das mulheres na vida político-partidária.

10. As agremiações devem garantir todos os meios necessários para real e efetivo ingresso das mulheres na política, conferindo plena e genuína eficácia às normas que reservam número mínimo de vagas para candidaturas (art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/97) e asseguram espaço ao sexo feminino em propaganda (art. 45, IV, da Lei nº 9.096/95). A criação de “estado de aparências” e a burla ao conjunto de dispositivos e regras que objetivam assegurar isonomia plena devem ser punidas, pronta e rigorosamente, pela Justiça Eleitoral.

11. Em síntese, a participação feminina nas eleições e vida partidária representa não apenas pressuposto de cunho formal, mas em verdade, garantia material oriunda, notadamente, dos arts. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/97, 45, IV, da Lei nº 9.096/95 e 5º, *caput* e I, da CF/88.

12. A mera participação feminina na propaganda partidária, desvinculada de qualquer contexto relacionado à inclusão das mulheres na política, não é suficiente para atender às finalidades legais. Precedente: AgR-REspe nº 155-12/MG, rel. Min. Luciana Lóssio, DJe de 5.5.2016.

13. A *ratio* da lei é fazer a mulher reconhecer que é cidadã igual ao homem, com voz própria para defender seus direitos, e inseri-la na vida político-partidária, não se podendo substituir, ao talante dos partidos, as obrigações legais como se fosse uma prestação fungível.

14. A autonomia partidária contida no § 1º do art. 17 da CF/88 não significa soberania para desprezar, direta ou indiretamente, valores e princípios constitucionais: é imperativo que



agregações observem a cota de gênero não somente em registro de candidaturas, mas também na propaganda e assegurando às mulheres todos os meios de suporte em âmbito intra ou extrapartidário, sob pena de se manter histórico e indesejável privilégio patriarcal e, assim, reforçar a nefasta segregação predominante na vida político-partidária brasileira.

15. Assim, o desvirtuamento de propaganda partidária deve ser punido com perda de tempo equivalente a cinco vezes ao da inserção ilícita, e não ao do lapso temporal faltante para se atender à exigência do art. 45, IV, da Lei nº 9.096/95.

16. O tempo cassado será revertido à Justiça Eleitoral para que promova propaganda institucional destinada a incentivar a participação feminina na política, a teor do art. 93-A da Lei nº 9.504/97. Precedentes: AgR-REspe nº 181-10/MG, rel. Min. Luciana Lóssio, DJe de 11.10.2016 e AgR-REspe nº 158-26/PI, rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 12.12.2016.

17. Os percentuais previstos para inserção da mulher na política – 10% em programa partidário (art. 45, IV, da Lei nº 9.096/95), 30% em registro de candidatura (art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/97) e 15% em financiamento de campanha (art. 9º da Lei nº 13.165/2015) – devem ser interpretados à luz do princípio da isonomia de gênero, nos termos do art. 5º, I, da CF/88, e constituem valores obrigatórios mínimos a serem garantidos pelas agregações. [...]

(RP 282-73/DF, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 2.8.2017)

Assim, é mandatório que os recursos do Fundo Partidário sejam aplicados para atender ao escopo da lei de incentivar a inserção de mulheres no cenário político-partidário, dando-lhes oportunidades para se filiarem às agregações, se candidatarem e participarem da vida pública.

Nesse contexto, a mera circunstância de o partido político possuir funcionários ou colaboradores remunerados de qualquer natureza do sexo feminino não preenche o balizamento finalístico contido no art. 44, V, da Lei 9.096/95.

Por fim, ressalte-se que o art. 22, § 7º, da Res.-TSE 23.464/2015, que disciplina a matéria, é expresso ao estabelecer que “para fins de aferição do limite mínimo legal, devem ser considerados os gastos efetivos no programa” de incentivo à participação feminina.

Ante o exposto, conheço da consulta para respondê-la negativamente.

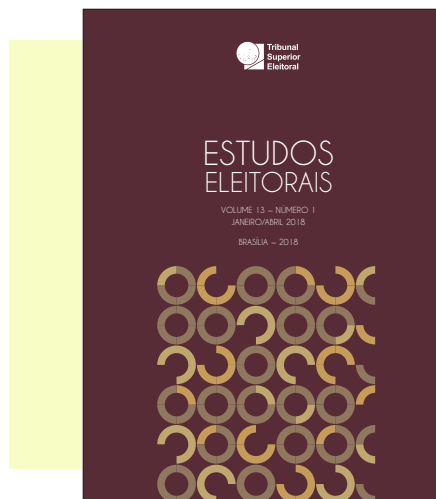
É como voto.

**DJE de 14.9.2018**

---

## OUTRAS INFORMAÇÕES

---



### ESTUDOS ELEITORAIS

#### VOLUME 13 – NÚMERO 1

A revista *Estudos Eleitorais*, de periodicidade quadrimestral, oferece subsídios para reflexões históricas, teóricas e práticas não apenas sobre o Direito Eleitoral material e processual, mas também sobre o processo político-eleitoral.

Faça, gratuitamente, o *download* do arquivo no endereço:  
<http://www.tse.jus.br/o-tse/cultura-e-historia/catalogo-de-publicacoes>

---

Ministra Rosa Weber  
Presidente

Estêvão André Cardoso Waterloo  
Secretário-Geral da Presidência

Elaine Carneiro Batista Staerke de Rezende

Marina Rocha Schwingel

Paulo José Oliveira Pereira

Assessoria Consultiva do Tribunal Superior Eleitoral (Assec)  
[assec@tse.jus.br](mailto:assec@tse.jus.br)